

ARTIGOS PUBLICAÇÃO CONTÍNUA

Jiani Fernando Langaro¹

A repressão a imigrantes e descendentes de italianos durante a Segunda Guerra Mundial nos textos de um blog da fronteira

The repression of immigrants and Italian descendants during the Second World War in the texts of a border blog

RESUMO:

O artigo analisa três publicações do blog Crônicas & fatos: história do Oeste paranaense (COLODEL, 2024), criado e mantido pelo historiador público regional José Augusto Colodel entre 2010 e 2016. As postagens versam sobre a atuação de uma companhia colonizadora que atuava na região da fronteira do Brasil com o Paraguai e Argentina. Chamada Espéria, a empresa tinha como público-alvo para venda de terras, imigrantes italianos localizados no estado de São Paulo. Além disso, os textos tratam dessa imigração italiana para a fronteira, durante a primeira metade do século XX, e a repressão sofrida por imigrantes e descendentes de peninsulares durante a Segunda Guerra Mundial. Tendo em vista que essas questões já foram trabalhadas pelo autor em obra anterior (COLODEL, 1988), o objetivo central do artigo é compreender o papel do blog na difusão desse conhecimento histórico.

ABSTRACT:

The article analyzes three posts from the blog Crônicas & fatos: história do Oeste paranaense (COLODEL, 2024), created and maintained by regional public historian José Augusto Colodel between 2010 and 2016. The posts deal with the work of a colonization company that operated in the region bordering Brazil with Paraguay and Argentina. Called Espéria, the company's target audience for land sales was Italian immigrants located in the state of São Paulo. In addition, the texts deal with Italian immigration to the border during the first half of the 20th century and the repression suffered by immigrants and descendants of Italians during the Second World War. Given that these issues have already been addressed by the author in a previous work (COLODEL, 1988), the main aim of this article is to understand the role of the blog in disseminating this historical knowledge.

Palavras-chave: Colonos; Remoção; Migrações; Estado Novo; Oeste do Paraná

Keywords: Settlers; Removal; Migrations; Estado Novo; West of Parana

¹ Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor, Universidade Federal de Goiás , Goiânia, GO, Brasil.

jflangaro@ufg.br,  <https://orcid.org/0000-0003-2048-2927>

INTRODUÇÃO

Já faz alguns anos que a *Internet* se tornou local de produção e disseminação de conhecimento histórico. Plataformas como o *YouTube* apresentam inúmeros canais de divulgação do conhecimento histórico e de história pública. Embora nem todos eles tenham compromisso com a metodologia da pesquisa em história e o combate aos negacionismos, é impossível não reconhecer seu peso no cenário atual, quando o assunto é história.

O presente trabalho, por sua vez, se propõe analisar um tipo específico de divulgação do conhecimento histórico, ou seja, uma iniciativa de história pública, feita em meios digitais, na década de 2010. Trata-se do *blog Crônicas & fatos: história do Oeste paranaense* (COLODEL, 2024), de José Augusto Colodel, historiador público dedicado a temas da história do Oeste paranaense, mais especificamente ao município de Santa Helena.

Em específico, analisamos três textos postados pelo autor. Eles tratam da imigração italiana na região do rio Paraná, na primeira metade do século XX, e da repressão sofrida por imigrantes e descendentes de italianos na região, durante a Segunda Guerra Mundial.

Diante desse quadro, o artigo procura compreender o papel do *blog* na divulgação das histórias envolvendo a imigração italiana e a repressão a imigrantes e descendentes de italianos residen-

tes na fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina na primeira metade do século XX. Sabemos que, ainda antes do *blog*, José Augusto Colodel já havia divulgado suas pesquisas sobre essas questões em um livro, **Obrages & companhias colonizadoras** (COLODEL, 1988), resultado do “Projeto História de Santa Helena”, uma ação cultural da prefeitura desse município paranaense. Assim, nos questionamos sobre as razões para que o autor retomasse o assunto em seu *blog* e divulgasse o resultado das investigações sobre tais grupos sociais fronteiriços na *Internet*.

O desenvolvimento desta reflexão é necessário haja vista ainda não ter sido devidamente analisada a obra de José Augusto Colodel. Ele, conforme veremos melhor adiante, é um historiador com formação acadêmica que dedicou sua carreira à história pública. Em especial, ainda não se discutiu as iniciativas pessoais do autor em matéria de história digital, nem o papel que seu *blog* possuiu no interior das iniciativas de divulgação do conhecimento histórico no espaço público por ele empreendidas.

HISTÓRIA PÚBLICA, DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NA ÁREA DE HISTÓRIA E HISTÓRIA DIGITAL: JOSÉ AUGUSTO COLODEL E CRÔNICAS & FATOS: HISTÓRIA DO OESTE PARANAENSE (COLODEL, 2023)

Todas as questões com que lidamos neste artigo requerem definições acerca dos conceitos de história pública, divulgação científica na área de história e história digital. Jill Liddington (2011), tenta responder ao questionamento sobre o que seria a história pública. Ela considerou o conceito “escorregadio” (LIDDINGTON, 2011, p. 32). Ao invés de apresentar uma noção pronta e acabada sobre o que viria a ser a história pública, destacou um campo de possibilidades desenvolvidas ao redor do globo.

De maneira mais assertiva, Gerald Zahavi (2011) definiu como história pública o trabalho os historiadores profissionais desenvolvem fora do espaço acadêmico. De acordo com o autor:

A história pública explora e apresenta o conhecimento histórico – em uma variedade de formas – para além dos foros acadêmicos tradicionais. Trata-se de um campo ambicioso, que geralmente tenta construir uma ponte entre as análises detalhadas, nuançadas e profunda-

mente investigadas dos historiadores acadêmicos e uma curiosidade histórica aparentemente insaciável, embora às vezes restrita e impaciente, do público em geral (ZAHAVI, 2011, p. 53).

De forma menos restritiva, não somente a divulgação para o grande público daquilo que é produzido pela academia pode ser compreendido como história pública. Tampouco ser historiador profissional, ou seja, dotado de formação acadêmica em história é um pré-requisito para o reconhecimento como historiador público, dentro de algumas interpretações sobre a área.

Entre elas estão Wesley Ribeiro Alves (2025), que compreende a história local produzida por historiadores autodidatas não como memorialismo e sim como história pública. O autor baseia suas concepções em Ricardo Santhiago (2016, p. 28), para quem existe uma história pública “(...) feita pelo público (que incorpora formas não institucionais de história e memória) (...)”. Corrobora com tais assertivas o texto de introdução da obra **História pública no Brasil: sentidos e itinerários**, redigido por Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago. Nele, os autores também compreendem como história pública o trabalho de historiadores diletantes, em suas palavras: “(...) a história pública age no *reconhecimento* da legitimidade desses trabalhos tidos como ‘amadores’ (...)” (MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016, p. 12. Grifos no original). Eles, no entanto,

deixam claro que não equiparam o trabalho feito por acadêmicos com aquele desenvolvido pelos diletantes, cabendo se reconhecer também as particularidades de ambos.

Em outra vertente, história pública também pode ser entendida como algo construído por meio da fotografia, cinema, imprensa, dentre outros meios.¹ Trata-se, portanto, de um campo bastante amplo de produção e circulação do conhecimento histórico, que não pode ser definido facilmente, sem risco de simplificação. Também entendemos que é preciso tomar cuidado para não confundirmos história pública com divulgação científica na área de história, essa sim mais ligada aos esforços do meio acadêmico em levar o resultado de suas pesquisas acadêmicas ao grande público, embora também não possa ser resumida apenas a esse movimento.²

No caso estudado, o conhecimento histórico divulgado por José Augusto Colodel foi desenvolvido ao longo das duas fases do “Projeto História de Santa Helena”, dinamizado nas décadas de 1980 e 1990. A primeira fase explorou o período anterior a 1960 e resultou no livro **Obrages & companhias colonizadoras** (COLODEL, 1988). Na segunda fase foi realizado o estudo da história local após 1960, tendo como resultado a redação da obra **Semeadores: história de Santa Helena – volume 2** (COLODEL, 2015), ainda inédito. No interior do projeto uma equipe da Secretaria Municipal de

Educação e Cultura, juntamente com Colodel, produziu entrevistas orais e levantou documentos oficiais, fotografias, mapas, imagens e outras fontes históricas (WELTER, 2002).

Foi um projeto, portanto, que não envolveu a academia diretamente, mas se constituiu em uma iniciativa cultural da administração municipal de Santa Helena. Isso não significa que o projeto tenha se desenvolvido de forma completamente apartada do universo acadêmico. José Augusto Colodel é formado em história pela Universidade Federal do Paraná, onde foi orientando de Ruy Christowam Wachowicz, grande expoente da história regional (LANGARO, 2006). Vale frisar que ser formado em história não era exclusividade de Colodel, diversos integrantes da equipe do projeto também eram graduados na área (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA, 1988).

O “Projeto História de Santa Helena”, como base para a produção em história pública de José Augusto Colodel, revela a complexidade desse campo. Sinaliza, também, para a necessidade de adotarmos um conceito de história pública que vá além do trabalho de graduados em história voltado ao grande público. No caso estudado, não só os materiais assinados por Colodel são história pública, mas todas as ações desenvolvidas pelo projeto cultural devotado às memórias e histórias locais, que envolveu tanto profissionais for-

mados em história como aqueles que não eram especialistas na área.

Após a publicação de **Obrages & companhias colonizadoras** (COLODEL, 1988), Colodel não retornou a Curitiba. Ele permaneceu em Santa Helena e prosseguiu com seus trabalhos de história pública. Nas últimas décadas ele tem sido atuante na imprensa local, onde desenvolveu forte trabalho na publicização de histórias locais. Também trabalhou com assessoria, outra frente de história pública, prestada a municípios, instituições culturais e ao Ecomuseu de Itaipu Binacional (COLODEL, 2016).

Não obstante, ele também construiu um *blog na Internet*, entre 2010 e 2016, intitulado **Crônicas & fatos: história do Oeste paranaense** (COLODEL, 2024). Tal iniciativa o insere no âmbito da história digital. Por meio desse conceito se entende diferentes iniciativas que utilizam a informática e os meios digitais para se desenvolverem. Anita Lucchesi e Bruno Leal Pastor de Carvalho (2016), definem esse campo da seguinte maneira:

Entendemos História Digital aqui como uma arena aberta de debates e experimentações que envolvem a aplicação das tecnologias digitais às diversas práticas da história. Esse campo, que emergiu no final dos anos 1990 em função do rápido desenvolvimento tecnológico, transformou a maneira como ensinamos, pesquisamos e divulgamos história (LUCCHESI; CARVALHO, 2016, p. 153).

O campo da história digital engloba um amplo e diversificado espectro de ações. Elas nem sempre são iniciativas voltadas ao grande público, por essa razão história digital não necessariamente é história pública.³ Esse não é o caso da iniciativa aqui estudada, que se trata de um *blog*, um recurso digital rico em textos e imagens, voltado ao público não especializado em história.

Nele, Colodel publicou seus textos sobre a imigração italiana na fronteira, na primeira metade do século XX. Também veiculou textos sobre a repressão que se abateu sobre imigrantes e descendentes de italianos na região, durante a Segunda Guerra Mundial, conforme veremos adiante.

IMIGRANTES E DESCENDENTES DE ITALIANOS NA FRONTEIRA DO BRASIL COM O PARAGUAI E A ARGENTINA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX E A REPRESSÃO DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL SOB A ÓTICA DE CRÔNICAS & FATOS: HISTÓRIA DO OESTE PARANAENSE (COLODEL, 2023)

A abordagem feita por José Augusto Colodel nas três postagens que tratam de imigrantes e

descendentes de italianos na fronteira durante a primeira metade do século XX, bem como a repressão por eles sofrida durante a Segunda Guerra Mundial, tem como mote a atuação, na região, da empresa colonizadora Espéria. Seguem linha semelhante a **Obrages & companhias colonizadoras** (COLODEL, 1988), obra do mesmo autor, que confere grande destaque às companhias obrageiras⁴ e colonizadoras atuantes no Oeste do Paraná antes da década de 1960.

O *blog* (COLODEL, 2024) apresenta uma diagramação específica. Ao centro da tela temos os textos elaborados pelo autor. Nenhuma das três postagens em análise é acompanhada de imagens sobre o tema. Entretanto, fotografias de época, dicas de leituras, link para *download* de livros, índices de postagens, dentre outros elementos margeiam os textos postados. Como plano de fundo, temos imagens decorativas de estantes de livros.

O tema da atuação da colonizadora Espéria na região, da imigração italiana, bem como da repressão sofrida por eles e por descendentes de italianos na fronteira, durante a Segunda Guerra Mundial, foi dividido em três postagens. A primeira, datada de 20 de abril de 2012, se intitula “Companhia Espéria: Italianada da gema na fronteira oeste” (COLODEL, 2012a) e dá início à série sobre o tema.

O título não é aleatório. “Italianada da gema” (COLODEL, 2012a, não p.) tem o objetivo de

destacar que se trata de imigrantes que se dirigiram ao Oeste do Paraná diretamente da Itália. Eles se diferenciariam dos migrantes gaúchos, catarienses e paulistas, descendentes de italianos, migrados para a região de Santa Helena desde a primeira metade do século XX.

Em termos de estilo, o autor opta por construir uma narrativa ficcionalizada, em que trata da trajetória de Francesco Cinecatti e sua família, composta pelo pai Antoni, a mãe e seus quatro irmãos, cujos nomes não são citados. Não é possível saber se a narrativa se baseia em alguma entrevista oral produzida no âmbito do “Projeto História de Santa Helena” ou pelo próprio autor do *blog*. Seria possível que Francesco tivesse sido entrevistado, razão pela qual ele é o centro da narrativa e não seu pai ou sua mãe, que eram adultos no período tratado pela postagem. Para tirarmos dúvidas, consultamos as listas de depoimentos orais de **Obrages & companhias colonizadoras** (COLODEL, 1988) e do manuscrito de **Semeadores** (COLODEL, 2015). No entanto, em ambas as obras, ninguém com o sobrenome Cinecatti consta nelas. Se a narrativa se baseia em alguma entrevista oral, portanto, ela foi realizada pelo autor posteriormente à escrita dessas duas obras.

Por meio de dois personagens da família Cinecatti, Francesco e Antoni, filho e pai, respectivamente, José Augusto Colodel traduz, de forma didática e aprazível ao grande público, muito do

contexto de atuação da colonizadora Espéria e da imigração italiana para a fronteira já apresentados pelo autor em **Obragens & companhias colonizadoras** (COLODEL, 1988). Uma citação desse livro consta da postagem, a revelar as íntimas conexões entre ambos os textos.

O autor principia a narrativa com uma contextualização da vida da família Cinecatti na Itália. Conforme frisa:

Francesco Cinecatti nascido e criado na região do Vêneto, Província de Treviso, nordeste da Itália, era o caçula de cinco irmãos, todos homens. O pai Antoni era um modestíssimo agricultor que aos quarenta e oito anos já estava cansado de lutar contra a maré da vida cotidiana. Um belo dia cansou de vez, somou as economias e resolveu deixar a Itália. Ali não via mais futuro para si e para os seus. Pesava também o fato de que não se acertava com os fascistas de Benito Mussolini, encastelados no poder desde 1922 (COLODEL, 2012a, não p.).

A trajetória da família se conecta com a de tantas outras emigradas do norte italiano em princípios do século XX: pobreza, dificuldades em prosseguir na agricultura daquele país e discordâncias políticas com o fascismo. A questão política é importantíssima para a narrativa construída por Colodel, pois dá a dimensão de injustiça sofrida pelos Cinecattis, ao terem sido tratados pelo

governo brasileiro como potenciais simpatizantes do fascismo.

Todo esse contexto levaria a decisão da família emigrar para o Brasil em 1932, para trabalhar nas fazendas de café do estado de São Paulo. De acordo com o autor, a família: “Deixou para trás parentes, amigos e fascistas empedernidos” (COLODEL, 2024a, não p.). Novamente frisa, portanto, o caráter político dos Cinecattis, como quem não se alinhava ao fascismo.

A oportunidade de adquirir uma área rural teria surgido logo na chegada da família à capital do estado de São Paulo. Ali foram abordados por um corretor da companhia Espéria:

[...] na primeira visita que fez ao Consulado Italiano foi abordado por um home bem trajado, o qual se identificou como corretor de terras de certa companhia de colonização de nome Espéria, empresa da qual nunca ouvira falar. Mas sabe como é que é, companhia italiana, vendedor italiano, caiu na conversa. Tutti buona gente! Dias depois pegou estrada com destino ao Oeste do Paraná (COLODEL, 2012a, não p.).

Como se pode notar, a narrativa é leve e despojada, conta com o uso de termos informais como “*Tutti buona gente!*” (COLODEL, 2012a, não p. Grifos nossos). Trata-se de um recurso para tornar o texto aprazível ao grande público. Ao utilizar esses elementos narrativos e conforme o autor

puxa os fios da tessitura do texto, são tratados diversos elementos da atuação da Espéria na região fronteiriça.

Um desses elementos é o aliciamento de colonos, feito de diversas maneiras pelos corretores à serviço da empresa, inclusive a bordo dos vapores que singravam o rio Paraná (COLODEL, 1988). Outro argumento era de que estava se construindo uma “pequena Itália” (COLODEL, 1988, p. 203), nos limites do Brasil com o Paraguai e a Argentina. Conforme redige Colodel (2012a, não p.):

O corretor tivera sucesso na estratégia em vender-lhe a idéia de que estava sendo construída uma pequena Itália num lugar onde já moravam várias famílias de conterrâneos seus. Era mais que uma proposta de negócio, era quase um apelo sentimental. Gente simples como ele que lutando e prosperando em terras de boa qualidade, com clima ameno e, melhor ainda, com baixo preço.

Em paralelo, o autor não deixa de fazer constar que as terras eram baratas, porém, de qualidade, situadas em uma região em que o clima não tão quente quanto o tropical. Esse era um dado importante, que aparece nos relatos orais citados em **Obrages & companhias colonizadoras** (COLODEL, 1988) como critério para a mudança de imigrantes italianos de São Paulo para o Paraná ou até mesmo Argentina.

Conforme consta na obra do “Projeto História de Santa Helena” (COLODEL, 1988), o país vizinho era o destino de muitos imigrantes italianos insatisfeitos com a realidade encontrada no Brasil, no estado de São Paulo. Na época, a Argentina era um país próspero, tendo sido uma das economias que mais cresceu no mundo, na passagem do século XIX para o XX (LENZ, 2000). Uma das estratégias de vendas dos corretores da Espéria era desmotivar os imigrantes a seguirem viagem até o país platino. Tal aspecto é tratado por Colodel, em seu *blog*, da seguinte maneira:

Muitos italianos estavam indo para a Argentina, mas o corretor desaconselhava, afirmando categórico que por lá qualquer pedaço de terra custava os olhos da cara, o clima não ajudava pois fazia um frio de rachar e, para arrematar, asseverava que as autoridades alfandegárias portenhas eram absolutamente intransigentes em relação aos imigrantes italianos que por lá chegavam. No Paraná seria tudo diferente (COLODEL, 2012a, não p.).

Portanto, três argumentos compunham a campanha movida pelos corretores da Espéria para demover os imigrantes italianos de se destinarem à Argentina. O preço e a qualidade das terras e supostas dificuldades para obterem autorização para entrada no país. Espalhavam, portanto, boatos sobre dificuldades que os imigrantes enfrentariam no país vizinho, com o objetivo de convencê-

los a permanecer no Brasil. O próprio clima, nessa perspectiva, era ressignificado. A Argentina deixava de ser vista como dotada de um clima ameno, quando comparado ao clima tropical brasileiro, para apresentar condições temporais agrestes à agricultura.

O relato sobre a família Cinecatti prossegue, com detalhes sobre o deslocamento, via rio Paraná, do estado de São Paulo às terras paranaenses. O destino deles foi o Porto Sol de Maio, próximo ao Porto de Santa Helena. Uma vez no local, Antoni Cinecatti, o patriarca da família, teria se deslumbrado com o que encontrara:

Desembarcado, Antoni ficou surpreso com as boas instalações que encontrou no porto de Sol de Maio. Chamou-lhe atenção o intermitente vai e vem de pessoas no local. Constatou contente que italiano da gema não faltava. Pois é, o corretor não havia lhe mentido. Pelo menos nisso.

Hospedou-se provisoriamente com a família num modesto barracão da companhia e no dia seguinte, em suas andanças de reconhecimento pelo lugar levando Francesco a tiracolo, se deparou com uma bem montada serraria, voltada ao beneficiamento de parte da madeira que a Espéria retirava em sua concessão. As tábuas eram usadas na construção das moradias, barracões, chiqueiros, estábulos e cercas na própria colônia. No entanto, a maior parte – falamos em toras brutas – seguia para a Argentina em marombas, que eram uma espécie de

um grande assoalho gradeado feito com as próprias toras amarradas umas às outras.

Constatou também a existência de uma olaria e de um descascador de arroz. Além desses sobressaía-se uma pequena usina para o aproveitamento da cana de açúcar que era cultivada nas redondezas - empreendimento esse que nunca não chegaria entrar em operação. Foi completamente abandonado quando o governo federal desapropriou as terras da Espéria em 1934, desarticulando seu empreendimento (COLODEL, 2012a, não p.).

Nessa passagem, Colodel faz uso do relato sobre a família Cinecatti para descrever as instalações que a companhia Espéria possuía na região. Elas são detalhadamente descritas em **Obrages & companhias colonizadoras** (1988), com destaque para a serraria, a olaria e a usina de beneficiamento de açúcar. Também não deixa de mencionar os impactos que a desapropriação federal gerou sobre o empreendimento. Outra questão ressaltada pelo autor é a presença de famílias italianas no local, o que confirmaria o projeto de instalar na fronteira uma pequenina Itália.

Outro elemento apresentado por Colodel, no *blog*, é o armazém que a Companhia Espéria edificou em Sol de Maio. Por meio dele, ocorria todo um processo de exploração dos colonos:

Mas a coisa não acabava por aí. Como não poderia deixar de ser a Companhia Espéria havia montado um bem sortido armazém com a fun-

ção de fornecer gêneros de abastecimento diversos. É claro que com esse “secos e molhados” veio junto o sistema de contas correntes, as tão conhecidas cadernetas onde os colonos podiam comprar fiado e a preços aviltantes as mercadorias que necessitavam para a sua subsistência cotidiana. Algumas vezes saldavam suas dívidas a dinheiro – o que era raro. Geralmente transacionavam com os poucos produtos excedentes oriundos de suas lavouras (COLODEL, 2024a, não p.).

Conforme relata Colodel, no armazém os colonos podiam adquirir os produtos de que necessitassem. Adiante ele explica que, em toda a região fronteiriça, o abastecimento era algo complexo, razão pela qual os colonos eram dependentes do estabelecimento da Espéria. Ali, os preços praticados eram exorbitantes e eles encontravam dificuldades para saldar suas dívidas. Uma forma de pagamento se dava em espécie, com o fornecimento, pelos agricultores, de gêneros cultivados em suas propriedades.

Outro elemento trabalhado por Colodel, em sua postagem, é a diversidade cultural presente na fronteira. Afinal, na pequenina Itália, nem todos eram italianos. Havia na região muitos indígenas⁵ e paraguaios⁶. Esse últimos são identificados como parte dos funcionários da Espéria:

Além da colonada italiana Antoni não deixou de reparar em outro pessoal. Havia outros trabalhadores a serviço da Espéria. Informou-

se e descobriu que eram os mensus paraguaios, contratados para o corte da madeira, para o plantio de cana de açúcar e em outras atividades braçais. Ressalte-se que o sistema de exploração ao qual estavam acorrentados esses mensus em nada diferia ao praticado na demais obras espelhadas pela Região Oeste do Paraná (COLODEL, 2024a, não p.).

Nesse fragmento, Colodel prossegue com o estilo despojado de narrativa, como bem demonstra o vocábulo “coloniada”, corrente na região Oeste do Paraná, na atualidade, e levado pelo autor para seu texto. Ele é empregado como forma de criar um clima informal no texto e, possivelmente, de intimidade com os leitores. Em termos de conteúdo, o autor denuncia que a Espéria não se diferenciava, em termos de relações de trabalho, das demais obras que operavam na fronteira. Assim, o trabalho a que estavam submetidos os “paraguaios” se dava em condições análogas à escravização. Conforme explica o autor em **Obras & companhias colonizadoras** (COLODEL, 1988), esses trabalhadores recebiam um pagamento antecipado pelos serviços. Ele geralmente era gasto no lugar de sua contratação, geralmente em Posadas, na Argentina. Ao chegarem no local de trabalho, endividavam-se para adquirir os produtos de que necessitavam nos armazéns das próprias empresas para as quais trabalhavam. Para se desligarem das companhias, eles precisavam saldar suas dívidas. Esse era um processo demorado,

haja vista os preços aviltantes praticados pelos armazéns quando comparados com o que era pago pelo serviço dos “mensus”.

No livro, o autor ainda destaca outro elemento importante sobre os “paraguaios”. Eles não prestavam serviços somente à Espéria, mas também aos colonos (COLODEL, 1988). Eram, portanto, os trabalhadores braçais da região, no período. Isso não significava, no entanto, que houvesse uma grande integração entre ambos os grupos, pois, mesmos as festas de colonos e “paraguaios” eram feitas separadamente, conforme afirma Colodel (1988).

Na sequência da postagem, para finalizá-la, o autor destaca a presença das obragens e dos obrageiros na região fronteira. Ressalta o poder e controle que eles teriam sobre o local, inclusive sobre a navegação do rio Paraná. Chama a atenção, ainda, para a parca presença de brasileiros, tanto civis como militares. Nesse aspecto, afirma que mesmo a Colônia Militar da Foz do Iguaçu encontrava dificuldades para se manter. Todavia, frisava que, diplomaticamente, as fronteiras com o Paraguai e a Argentina estavam “estabilizadas” (COLODEL, 2024a, não p.), não sendo, portanto, um problema aos colonos.

Nesses momentos finais da primeira postagem, o estilo da narrativa de Colodel começa a se modificar. O relato da trajetória da família Cinecatti dá espaço para uma contextualização sobre o

Oeste paranaense durante a primeira metade do século XX. Esse estilo se consolidará e será seguido pelo autor na segunda postagem, realizada em 3 de maio de 2012 (COLODEL, 2012b).

Nessa segunda postagem, o título da série de textos passa por uma modificação e passa a ser designado “Companhia Paranaense de Colonização Espéria: italianos da gema na fronteira oeste. Parte 2” (COLODEL, 2012b, não p.). Como se pode notar, o termo “italianada” foi substituído por “italianos”, mais formal e, talvez, respeitoso. É possível que tal modificação tenha sido motivada pelo retorno dado por leitores do *blog*. Essa informação, todavia, sobre as motivações da mudança, não está disponível *on-line*.

Outra modificação ocorre no estilo da escrita. Colodel abandona, nessa postagem, a narrativa sobre a família Cinecatti e adota uma forma mais analítica de relato. Dessa maneira, explica a presença das obragens na região, bem como a guinada nacionalista ocorrida no governo federal, com impacto sobre o estado do Paraná. A partir de então, de acordo com o autor, foi exigida uma contrapartida de colonização para aqueles que recebessem concessões de terras, cobertas com madeira de lei pronta para ser explorada, na região fronteira. O texto é relativamente curto, quando comparado com os demais, e salpicado por citações de autores de história regional. Bastante detalhada e focada em questões oficiais, a postagem

poderia não ser muito atrativa ao público não especializado em história.

Talvez por isso, na terceira postagem, a mais extensa delas, intitulada “Companhia Paranaense de Colonização Espéria: italianos da gema na fronteira oeste. Parte final” (COLODEL, 2012c, não p.), feita em 18 de maio de 2012, o autor optou por um formato híbrido. Continuou com suas análises e reflexões sobre as questões legais e fundiárias que permearam a ocupação nacional e não-indígena da fronteira, com o relato da trajetória da família Cinecatti. A narrativa sobre a família é, portanto, retomada nesse terceiro e último texto sobre imigrantes e descendentes de italianos e a repressão por eles sofrida durante a Segunda Guerra Mundial.

Permeia a narrativa trechos de entrevistas orais realizadas pela equipe do “Projeto História de Santa Helena”, constantes de **Obrages & companhias colonizadoras** (COLODEL, 1988). Nesta oportunidade, não aprofundaremos a análise dos trechos de entrevistas orais citados pelo autor. Isso porque nós já realizamos essa tarefa, ao discutir como o livro do “Projeto História de Santa Helena” trata do tema em tela.⁷ Como as passagens das entrevistas citadas no livro e no *blog* são as mesmas, não há necessidade de retomarmos essa questão.

Cabe apenas, de momento, refletirmos sobre o sentido do uso da história oral realizado pelo

autor, em suas postagens. Seu objetivo, ao que parece, foi o de reforçar a narrativa sobre a repressão sofrida por imigrantes e descendentes de italianos. Dessa forma, o autor fortaleceu seu texto com a presença de diversas vozes de filhos de famílias que sofreram a repressão ocorrida na década de 1940. Portanto, Colodel pontilha seus escritos com testemunhos de remanescentes das vítimas, o que chama a atenção para a gravidade do que ocorreu na primeira metade do século XX. Tal recurso, por fim, dá à postagem outro colorido, com tons mais humanos, para o tema tratado.

O princípio do texto, por sua vez, prossegue com o formato adotado na segunda postagem. Trata-se de uma narrativa mais analítica e formal, que prossegue com o conteúdo explorado na publicação anterior. Ela versa sobre a atuação de diferentes companhias colonizadoras e a especulação imobiliária realizada por essas empresas e seus proprietários, com a compra e venda de grandes áreas de terras na fronteira. Também reforça a questão do isolamento da região e da dificuldade de colonizá-la. Assim, frisa que, até 1921, na região do Porto de Santa Helena, somente haviam sido fixadas 18 famílias de imigrantes ou descendentes de italianos procedentes do interior paulista (COLODEL, 2024c).

Nesse contexto narrativo, sobre a dinâmica de compra e venda de terras, bem como de atuação de companhias colonizadoras na fronteira, sur-

ge a temática da Espéria. Colodel, desta maneira, apresenta a criação da companhia:

A Companhia Paranaense de Colonização Espéria foi constituída no ano de 1926, tendo com sede a cidade de São Paulo, sito à Rua Quinze de Novembro, 27. Seus principais acionistas naquela época eram Arturo Apollinari, Mário Silvio Polacco, Ezio Martinelli, Raul Machado e Domenico di Mattina, dentre outros. Anos mais tarde, como a Espéria não encontrou fôlego para saldar suas dívidas teve que entregar seu patrimônio a duas instituições financeiras. Em 1936 seus principais acionistas eram o Instituto Nazionali di Credito per Il Lavoro Italiano all' Estero S.A., com sede na cidade de Roma e o Banco Francês e Italiano para a América do Sul, sediado em São Paulo (COLODEL, 2024c, não p.).

A apresentação da empresa é feita em detalhes pelo autor, que lista seus principais acionistas, inclusive. Essa, provavelmente, foi uma maneira de chamar a atenção para o componente étnico italiano entre os grandes acionistas da companhia. Em linha semelhante, Colodel destaca a participação do *Instituto Nazionali di Credito per Il Lavoro Italiano all' Estero S.A.*, órgão do governo italiano, no quadro acionário da empresa. Esse foi um dos motivos para a encampação da companhia pelo governo Vargas, durante a Segunda Guerra Mundial.

O autor prossegue com seu texto e informa aos leitores que a sede dos trabalhos da companhia, no Paraná, era o Porto Sol de Maio, cuja construção foi concluída em 1928. Para a região desse porto, a empresa havia intermediado o deslocamento de dezenas de famílias de imigrantes italianos, oriundos do estado de São Paulo. Sua concessão, no entanto, se encerraria em 1929, mas, como os trabalhos se desenvolviam em um ritmo lento, a direção da Espéria pleiteou e conseguiu uma prorrogação de sua concessão até 1937. Todavia, ela foi revogada pelo novo governo estadual nomeado pela Revolução de 1930. A empresa recorreu judicialmente e pode manter todos os seus bens e concessões enquanto aguardava o resultado da ação (COLODEL, 2012c).

Na sequência, Colodel (2012c), informa que, com a instauração da ditadura do Estado Novo,⁸ foi instituída a faixa de fronteira. Era uma área com extensão de 150 quilômetros em que projetos de colonização não poderiam ocorrer sem a prévia autorização do governo federal. Outros projetos nacionalistas para a região fronteira também foram dinamizados nesse período, como a criação do Território Federal do Iguaçu, entre 1943 e 1946.⁹ Nesse contexto, da criação da faixa de fronteira, o autor cita a remoção dos “súditos do Eixo”:¹⁰

Em guerra contra o Eixo o governo Vargas baixou uma lei determinando que todos os imigrantes de origem italiana, japonesa e alemã

que não falassem a língua portuguesa fossem retirados a uma distância de 100 quilômetros da fronteira. Essa lei também determinou que imigrantes fossem retirados da faixa litorânea e ficassem pelo menos 100 quilômetros de distância do mar, por medida de segurança nacional. Somente em 1955 a faixa de fronteira seria estendida para 150 quilômetros (COLODEL, 2024c, não p.).

Nessa passagem, o autor realiza um trabalho muito importante em seu *blog*. Ele dá visibilidade às remoções de “súditos do Eixo” realizadas nas fronteiras brasileiras e não somente no litoral do país. As remoções realizadas na faixa litorânea são mais conhecidas e foram ricamente exploradas por Fernando Morais em **Corações Sujos** (2011). Elas tinham uma razão declarada, evitar o trabalho de possíveis espiões em denunciar a posição de embarcações nacionais, o que as tornaria alvos fáceis ao Eixo. Possivelmente, essa alegada relação entre as remoções na faixa litorânea o afundamento de navios brasileiros pela Alemanha, motivo declarado da entrada do Brasil na Guerra ao lado dos Aliados, levaram a um eclipse das remoções ocorridas nas fronteiras brasileiras com seus países vizinhos.

Após uma contextualização histórica sobre a faixa de fronteira no Brasil, Colodel retoma a trajetória da família Cinecatti. Ela é apresentada no contexto das remoções forçadas ocorridas na região fronteiriça. Conforme frisa o autor, essas medi-

das atingiram os imigrantes italianos que compraram terras da companhia Espéria. Entre eles estariam os Cinecattis.

O autor prossegue e destaca que foram criadas “áreas de concentração” (COLODEL, 2012c, não p.) no país, para onde seriam removidos os “súditos do Eixo”. Como podemos observar, nesse momento, o autor evita o termo de época “campos de concentração”, embora o utilize em outro momento de seu texto. Embora seja utilizado por alguns pesquisadores e escritores brasileiros,¹¹ existe certa controvérsia quanto ao seu uso na realidade brasileira. Especialistas em história contemporânea, como Marionildes Brepohl Magalhães entende como incorreto seu uso para a realidade brasileira (MILAN, 2010). É grande o risco de confusão entre “campos de concentração” e “campos de extermínio”, esses últimos sem existência no Brasil.

Segundo Colodel, os imigrantes da fronteira, principalmente italianos, que não falavam a língua portuguesa, foram removidos para “áreas de concentração” no centro do estado do Paraná, onde atualmente se situam os municípios de Pitanga e Manoel Ribas. Amparado em fontes orais, destaca como esse processo foi arbitrário e violento, acompanhado, inclusive, de agressões físicas a quem não dominava o português. O autor também denuncia, em seu *blog*, os responsáveis por terem conduzido de tal maneira as políticas de guerra:

A responsabilidade por tais arbitrariedades pode ser atribuída aos militares aquartelados na Companhia Independente de Fronteira, criada em 1932 em Foz do Iguaçu. Em 1943, após a entrada do Brasil na guerra, o número de soldados aumentou consideravelmente e a companhia foi transformada no Primeiro Batalhão de Fronteira.

Para policiar toda a região foram montados pequenos destacamentos militares que subiam o Paranazão, parando de porto em porto. Agindo muitas vezes com violência desmedida e absolutamente desnecessária esses destacamentos criaram um clima de medo e insegurança entre os supostos “súditos do eixo” que residiam na região marginal ao grande rio (COLODEL, 2012c, não p.).

Nesse momento do texto, constatamos a retomada de um estilo mais despojado de escrita, com licença poética para o autor chamar o rio Paraná de “Paranazão”, como carinhosamente o designam os moradores da região fronteira. Esse estilo permanece na sequência da trama, em que se focaliza os imigrantes que seriam removidos:

E se a coisa estava feia, ficou pior. Não demorou muito para que os colonos imigrantes fossem informados que teriam que abandonar suas terras. Assim, de chofre! Seriam transferidos para Foz do Iguaçu e não tinha conversa! Dali para onde ninguém informava.

Em Santa Helena a família Cinecatti foi surpreendida com a chegada soldados do exército. Não vieram somente em sua propriedade, bati-

am de porta em porta, ninguém era deixado de lado.

A ordem era uma só: juntar todos os colonos “italianos” e concentrá-los no porto Sol de Maio. Dali deveriam aguardar o próximo vapor com destino a Foz do Iguaçu. Muitos se rebelaram, alegando que não tinham condições de embarcar tão somente com as roupas do corpo. Precisavam de mais tempo para arrumar suas coisas, saldar suas dívidas, vender suas criações e os produtos excedentes de suas lavouras. O exército consentiu em dar-lhes um pequeno prazo de dez dias, mas manteve-os sob vigilância (COLODEL, 2012c, não p.).

Nesse momento do texto, o autor chama a atenção para duas dimensões do processo histórico estudado. Por um lado, o autoritarismo presente na remoção e, em outra direção, o drama vivenciado pelas famílias imigrantes. Conforme destacou, nem tempo direito elas tiveram para se organizarem e adequarem àquela situação toda. Muito rapidamente, ele relata algo que aparece com maior nível de detalhamento em **Obrages & companhias colonizadoras** (COLODEL, 1988). Trata-se da conquista dos colonos de um prazo maior para se apresentarem para a remoção. Inicialmente fora dada a eles a ordem de que tomassem o primeiro navio à vapor com destino à Foz do Iguaçu. Todavia, depois de protestos dos colonos contra um prazo tão exíguo, esse tempo foi prolongado para dez dias.

Como forma de acentuar os contornos dramáticos da situação pelos imigrantes italianos que não falavam português, na década de 1940, o autor retoma a narrativa sobre a família Cinecatti. Esse possivelmente é um recurso para sensibilizar o leitor sobre a gravidade de toda a situação narrada:

Francesco ficou assustado com o que acontecia. Era homem feito, já acostumado com as duras lidas da roça. Perdera a mãe, vítima de malária, há quatro anos e o pai havia se casado novamente.

Impotente, ficava a observar seu pai correr de um lado para outro, perdido, sem saber o que fazer. A terra ainda não estava paga. Tinham milho plantado, mas ainda não estava no ponto de ser colhido. E o que dizer das poucas galinhas, alguns porcos, duas vacas leiteiras e até cachorro, o que iriam fazer? Tinham que vender, mas vender para quem? Só em Foz ou Guaíra poderiam achar algum comprador, mas a viagem era longa e curto era o tempo que tinham antes de irem embora. A solução foi entregar tudo aos cuidados de um amigo da família, brasileiro. E foi o que fizeram. (COLODEL, 2012c, não p.).

O autor toma como mote Francesco, já adulto na década de 1940, e narra as agruras da família na fronteira. Por meio da figura da mãe, se trabalha a incidência e a letalidade da malária, enfermidade que assolava a região. Com a figura do

pai, se trabalha os dilemas da remoção para quem vivia das lides do campo: o milho plantado que ainda não estava em condições de ser colhido e as “criações” (porcos, vacas, galinhas, dentre outros animais criados para consumo humano) que precisavam ser vendidas. A figura do cachorro aparece de maneira afetiva, a simbolizar a vida deixada para trás pelos imigrantes, rumo a um lugar desconhecido.

A dificuldade para a negociação dos produtos agrícolas também foi trabalhada pelo autor, ao frisar as dificuldades dos agricultores em se dirigirem a Foz do Iguaçu ou Guaíra para vendê-las. A solução encontrada, deixar os bens aos cuidados de um amigo brasileiro, reforça a diversidade cultural presente na situação fronteiriça, mesmo que esse amigo pudesse ser descendente de italianos, como muitos o eram no local em tela.

As incertezas vividas pelos imigrantes em processo de remoção foram muito trabalhadas pelo autor, bem como o clima de insatisfação reinante entre eles. Segundo relata Colodel (2012c, não p.):

Desnecessário dizer que entre toda aquela gente reinava tremenda insatisfação, misturada com receios variados do que viria pela frente. Muitas eram as dúvidas. Para onde iriam? Como ficariam suas propriedades e todos os seus bens que ficaram para trás, em Santa Helena e região. Anos de trabalho duro, dificuldades diárias e de isolamento seriam simplesmente

descartados? Quem os defenderia? Eram perguntas que naquele momento não tinham resposta. No mínimo teriam que esperar a guerra acabar e ela parecia que ainda iria demorar muito tempo, mesmo porque em 1942 o Eixo ainda se encontrava militarmente em vantagem em todas as frentes de batalha.

Aquele era um momento em que a guerra parecia estar longe de acabar, principalmente com um resultado favorável aos Aliados, conforme expõe o autor. Na região fronteira, por sua vez, as instalações da companhia Espéria se deterioravam ao sabor do tempo. Algo semelhante acontecia na colônia de imigrantes, casas e benfeitorias agrícolas sofriam com o abandono e a ação do tempo, de acordo com Colodel (2012c).

Entrementes, na fronteira, permaneceram diversos moradores que não foram removidos, muitos deles por possuírem cidadania brasileira. Isso significa que grupos de amigos e famílias foram divididos. Para quem permaneceu na região, segundo Colodel, a situação também ficou complicada, a começar pela dificuldade em obter informações sobre quem foi removido:

Imperava a lei do silêncio. Os meses foram passando e nenhuma notícia sobre os colonos italianos que foram para Pitanga ou Manoel Ribas chegava na região. Em Foz do Iguaçu, no Batalhão de Fronteira, pouco se falava a respeito. O exército informava tão somente que eles estavam todos juntos e estavam sendo muito

bem tratados. Diziam ainda que tão logo terminasse a guerra eles retornariam (COLODEL, 2012c, não p.).

Além da falta de informações, havia repressão e vigilância sobre aqueles que permaneceram. Conforme argumenta Gallo (1987 apud COLODEL, 2012c), em entrevista oral citada no *blog*, a língua falada em casa era o italiano. Isso porque muitos dos brasileiros, que não foram removidos, eram descendentes de italianos. Embora falassem português no espaço público, no âmbito privado impediam os dialetos peninsulares.¹² Colodel, retrata da seguinte forma o ambiente da região fronteira, durante a Segunda Guerra Mundial:

O que ficou bem claro é que a retirada dos colonos da área de fronteira foi seguida de outras medidas levadas a efeito também contra os descendentes de italianos que se encontravam estabelecidos no Oeste paranaense. Pessoas que mesmo falando fluentemente o português, cujos pais haviam emigrado para o Brasil desde o final do século XIX não tiveram vida fácil naqueles anos de guerra mundial.

Eram tidos como suspeitos e recebiam vigilância constante das autoridades policiais. Não podiam comunicar-se tão somente em português e, é claro, não podiam receber visitas de amigos ou familiares que foram transferidos da área de fronteira. Além disso, quanto tivessem a necessidade de se ausentar de seus locais de moradia tinham necessariamente que comuni-

car o fato ao destacamento sediado em Santa Helena, sob pena de serem presos.

[...]

Mesmo os cultos religiosos tinham que ser celebrados em português e nos bailes ou outras manifestações festivas familiares ou da comunidade não era permitido tocar ou cantar músicas italianas. O cerco era completo.

[...]

Foram anos difíceis aqueles (COLODEL, 2012c, não p.).

Conforme frisa o autor, os moradores que permaneceram formavam uma comunidade rural de descendentes de italianos que mantinham vivos elementos da cultura de seus antepassados, como o uso da língua. Por isso eram tomados como suspeitos e objeto de uma nacionalização forçada, por parte do Estado. Assim, na impossibilidade de serem removidos, eram vigiados. Nessa tarefa, o Estado contava com o apoio de delatores, que, motivados por “[...] pseudo-nacionalismo, vingança ou algum interesse pecuniário qualquer” (COLODEL, 2012c, não p.) não se furtavam em denunciar até mesmo seus vizinhos.

O autor constrói todo esse cenário como palco de uma grande injustiça em que, de maneira exagerada, o Estado havia reprimido de forma dura, simples colonos. Entretanto, a situação era mais complexa. De acordo com Luis Fernando Beneduzi (2011; 2017), houve uma tentativa de aproximação do governo italiano com os descendentes

de emigrados daquele país desde o período anterior ao fascismo. A legislação que versava sobre a cidadania italiana chegou a ser modificada, adotando-se o critério da consanguinidade. Em tempos de fascismo, por meio da imprensa católica, difundiu-se a propaganda nacionalista daquele país entre os descendentes de peninsulares no Brasil. Eles passaram a ser tratados como italianos residentes no exterior. Como resultado dessas políticas, durante a Guerra de colonização da Etiópia, houve campanhas de doações de alimentos e objetos de metais preciosos, como alianças matrimoniais. O objetivo era ajudar os italianos a superarem as dificuldades decorrentes das sanções internacionais recebidas pela Itália em função da guerra.

Não é possível, nesse momento, sabermos se esses esforços de conexão entre o nacionalismo fascista e a população de imigrantes e descendentes de italianos chegaram à fronteira estudada. Entretanto, podemos vislumbrar que eles colaboraram para o clima de desconfiança sobre os “súditos do Eixo” e seus descendentes. Elas, evidentemente, não justificam o autoritarismo e as arbitrariedades cometidas indiscriminadamente contra essas populações durante a Segunda Guerra Mundial.

Retomando o *blog*, constatamos que Colodel (2012c) relata que a companhia Espéria ficou em uma situação difícil, durante a Segunda Guerra Mundial. Os agricultores removidos não puderam

mais pagar pelas terras compradas, ao passo que os armazéns da empresa, nos portos Sol de Maio e Santa Helena, contavam com poucos compradores para suas mercadorias. A vigilância do Estado sobre o contrabando também se intensificou, o que teria dificultado certos tipos de transações comerciais mantidas pela empresa. Para liquidar suas dívidas, ainda de acordo com o autor, só restou à empresa a alternativa de vender seu patrimônio e emitir milhares de ações a preços módicos. Em 1945 a guerra finalmente terminaria.

Os bens da companhia, apreendidos em função de a empresa ser considerada de propriedade de instituição do Estado italiano (COLODEL, 1988), foram devolvidos pelo governo federal. Já as contendas com o governo estadual, que envolviam a revogação de suas concessões de terras para colonização, se arrastariam na justiça até a década de 1950. Com o retorno à legalidade, a empresa novamente voltou ao mercado de colonização e vendas de terras no Oeste paranaense, agora focado no público brasileiro.

Quanto aos imigrantes italianos, seu destino após a remoção forçada e os tempos de internamento nas “áreas de concentração”, foi incerto. Conforma narra Colodel (2012c, não p.):

E os colonos italianos voltaram? O que aconteceu com eles? A historiografia regional ainda não realizou pesquisas mais aprofundadas a esse respeito. Sabe-se pelos depoimentos co-

lhidos que uma parte deles voltou, após mais de dois anos de ausência. Outros acharam por bem nunca mais retornar, achando por bem recomeçar a vida em outro lugar. Uma parcela fixou residência em Pitanga ou Manoel Ribas, outros se mudaram para Santa Catarina [sic], para São Paulo, para Curitiba ou mesmo para a Argentina.

Aqui, é preciso pontuar uma divergência de perspectivas entre os autores com quem tomamos contato na pesquisa. De acordo com Colodel (1988; 2012c), o retorno dos imigrantes italianos removidos para o centro do estado do Paraná somente ocorreu em 1945, após o fim da conflagração mundial. Entretanto, para Priscila Ferreira Perazzo (2009), o conflito do Brasil com a Itália se encerrou em agosto de 1943, quando o rei italiano destituiu oficialmente Mussolini e colocou o país no grupo dos Aliados.

De toda forma, a citação acima revela um pouco do clima de desalento que tomou os imigrantes após a libertação das “áreas de concentração” no centro do estado do Paraná. Essa questão é trabalhada pelo autor com base na trajetória da família Cinecatti, retomada no momento final do texto da postagem:

Antoni Cinecatti, sua mulher Rosa, Francesco e seus quatro irmãos voltaram para Santa Helena. Fizeram a viagem para Foz do Iguaçu embarcados num caminhão Ford com mais duas

famílias. Viagem desconfortável, longa, cheia de ansiedade e reflexões. Em Santa Helena, assim como outros, encontraram a propriedade e a lavoura completamente abandonadas. O cenário era desolador. Anos que se perderam. A guerra não havia sido boa para o lugarejo e nem a boa recepção oferecida pelos vizinhos e amigos foi suficiente para lhes garantir ânimo novo. Não se entregaram de pronto, retornaram à luta, mas lá no fundo bem sabiam que o sonho de fazer a vida no Oeste do Paraná havia sido desfeito aquela tarde quando foram embarcados com destino a Foz do Iguaçu e depois Pitanga. Antoni se culpava por ter se fiado na conversa daquele corretor de imóveis da Companhia Espéria, mas não podia voltar ao passado para mudar o presente.

Nos dias seguintes tentaram reaver os animais que haviam deixado. Mais uma decepção. O tal amigo fora embora há mais de um ano e antes de partir vendera os animais para um comerciante de Foz do Iguaçu. O comentário era o de que ele retornara para São Paulo, mas ninguém sabia ao certo. Foi demais.

Reunião de família e a decisão de recomeçar, novamente recomeçar. Mas onde? (COLODEL, 2012c, não p.).

No fragmento acima, que encerra o texto e a série de postagens, desolação e desânimo são os sentimentos trabalhados pelo autor com a família Cinecatti. Eles retornam à fronteira e encontram todos os seus bens abandonados. O amigo brasileiro é apresentado como uma espécie de golpista, que havia vendido os animais alheios e embolsado

o dinheiro. Os vizinhos, no entanto, são tratados como quem recebeu bem e incentivou a família a recomeçar. Essa é uma perspectiva muito presente na obra de Colodel, ou seja, a idealização da vida comunitária (LANGARO, 2006).

Ao fim, como desfecho da trama, não haveria alternativa para os Cinecattis senão recomeçar a vida. Arrepende-se por ter confiado no corretor da Espéria, que uma década antes ofereceu terras no Paraná, pouco adiantaria. A solução foi realizar uma reunião de família para definir onde recomeçar a vida. O texto termina nesse momento, sem nos apresentar a solução a que a família chegou para o problema. Essa, possivelmente, foi uma forma de o autor nos mostrar o clima de desalento e de indefinição que tomou essas famílias. Também, por outro lado, foi uma maneira de demonstrar o quão difícil seria recomeçar a vida do zero, em outro lugar, mais uma vez. Por fim, também cogitamos que esse final, em que toda a trama fica em suspenso, pode ser uma analogia ao pouco conhecimento que a historiografia possui sobre o destino desses imigrantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após toda essa discussão, uma questão permanece em aberto. Qual o sentido das três publicações realizadas por José Augusto Colodel em seu *blog*, analisadas neste artigo? Primeiramente,

é preciso destacar que o trabalho desenvolvido por José Augusto Colodel, tanto no *blog* (COLODEL, 2012a; 2012b; 2012c), como em **Obrages & companhias colonizadoras** (COLODEL, 1988) confere visibilidade às remoções forçadas de imigrantes realizadas na zona fronteiriça. Essa é uma questão pouco percebida no Brasil, onde ganham maior destaque as remoções ocorridas na faixa litorânea, conforme já destacamos.

Ao tratar das “áreas de concentração” (COLODEL, 2012c, não p.) o autor também confere visibilidade a campos de internamento não reconhecidos oficialmente. O conjunto desses espaços listado por Colodel (2012c), em nota de rodapé de sua terceira postagem, difere daquela apresentada por Priscila Ferreira Perazzo (2009). Como diferencial, ele reforça ainda a participação dos estados brasileiros na constituição de políticas repressivas aos “súditos do Eixo”. Segundo afirma: “Tais campos de internamento foram criados de forma variada nos Estados brasileiros. Em colônias penais agrícolas, em asilos, em hospitais e cadeias. [...] A legislação da época era estabelecida pelos próprios Estados, diante de suas possibilidades carcerárias” (COLODEL, 2012c, não p.). Essa é uma dimensão pouco visibilizada dessa história, que geralmente focaliza a dimensão federal desse processo.

A própria repressão a imigrantes italianos é uma dimensão menos conhecida dessa história,

geralmente eclipsada pela que se abateu sobre imigrantes alemães e japoneses. Conforme afirma Priscila Ferreira Perazzo (2009), o período de conflito entre Brasil e Itália se estendeu apenas de 1942 a 1943, quando o país europeu deixou o Eixo. Foi um tempo de conflagração mais curto que aquele travado com Alemanha e Japão, que se estendeu até 1945.

Entretanto, se o básico dessa trama já havia sido tratado pelo autor em **Obragens e companhias colonizadoras** (COLODEL, 1988), qual a razão do tema ser retomado no *blog*? Não é difícil entendermos que esse canal digital foi parte dos esforços empreendidos por Colodel para divulgar seu trabalho a um público amplo e não especializado. Por meio dele, o autor pode ainda realizar a experimentação de novos formatos narrativos, que pudessem ser mais aprazíveis ao grande público.

Assim, o objetivo de tratar do tema no *blog* foi seguramente a intenção de levá-lo a um público que não teria acesso ao livro, seja porque ele está esgotado, seja por conta de sua linguagem, mais complexa e extensa. Outrossim, o tema tratado nas três postagens do blog não ocupa um capítulo específico do livro (COLODEL, 1988), mas integra o rol mais amplo de questões tratadas em um dos capítulos da obra. Assim, foi possível ao autor, por meio do *blog*, dar mais visibilidade à temática, bem como construir espaços específicos para debatê-las.

Infelizmente não podemos trabalhar a recepção do blog. Nenhuma das postagens (COLODEL, 2012a; 2012b; 2012c) conta com comentários de seguidores. Também não há nelas um registro sobre quantas pessoas as acessaram e nem de quais países são oriundos.

Todavia, o *blog* permite compreendermos os esforços do autor em tentar aproximar-se do público não especializado em história. Todo o canal digital apresenta um conjunto expressivo de fotografias, textos, *links* para baixar livros de época, dentre outros materiais que buscam aguçar o interesse dos leitores por história. Trata-se, portanto, de uma importante iniciativa de história digital e história pública, também calcada em história regional, que não pode deixar de ser conhecida e refletida nos mais diferentes âmbitos, inclusive no acadêmico.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Wesley Ribeiro. **“TERRA GARBOSA, CERCA-DA DE MORROS PARA SE ENFEITAR”**: a cidade de Morrinhos imaginada pela história pública local (1968-2023). 309 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2025.
- BARBOSA, Marialva. Imprensa e história pública. MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra & Voz, 2016. p. 121-131.
- BENEDUZI, Luis Fernando. Quando a imigração se transforma em colonização: algumas leituras sobre a presença italiana no sul do Brasil. **Revista Latino-Americana de História**, Porto Alegre, UNISINOS, v. 6, n. 17, p. 37-58, 2017; BENEDUZI, Luis Fernando. Uma aliança pela pátria: relação entre política expansionista fascista e italianidade na comunidade italiana do Rio Grande do Sul. *Dimensões*, Vitória, UFES, v. 26, p. 89-112, 2011.
- BENEDUZI, Luis Fernando. Uma aliança pela pátria: relação entre política expansionista fascista e italianidade na comunidade italiana do Rio Grande do Sul. **Dimensões**, Vitória, UFES, v. 26, p. 89-112, 2011.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 107-143.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 107-143.

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. Café História: Divulgação científica de História na web. In: CARVALHO, Bruno Leal Pastor de; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. **História pública e divulgação de história**. São Paulo: Letra e Voz, 2019. p. 85-105.

CARVALHO, Diego A. Moraes. **O martírio no sol poente**: das agruras (e)(i)migratórias à formação de milícias ultranacionalistas no contexto do pós-guerra no Brasil – o caso Shindo-Renmei (1868 – 1956). 2017. 577 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

CARVALHO, Maria Lucia Brant de. **Das terras dos índios a índios sem terras**: o Estado e os Guarani do Oco'y - violência, silêncio e luta. 834 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COLODEL, José Augusto. Companhia Espéria: Italiana da gema na fronteira oeste. **Crônicas & fatos**:

história do Oeste paranaense. 20 de abril de 2012. Disponível em: <https://jacolodel.blogspot.com/search?q=esp%C3%A9ria>. Acesso em: 28 dez. 2023. (a).

COLODEL, José Augusto. Companhia Paranaense de Colonização Espéria: italianos da gema na fronteira oeste. Parte 2. **Crônicas & fatos**: história do Oeste paranaense. 3 de maio de 2012. Disponível em: <https://jacolodel.blogspot.com/search?q=esp%C3%A9ria>. Acesso em: 28 dez. 2023. (b).

COLODEL, José Augusto. Companhia Paranaense de Colonização Espéria: italianos da gema na fronteira oeste. Parte final. **Crônicas & fatos**: história do Oeste paranaense. 18 de maio de 2012. Disponível em: <https://jacolodel.blogspot.com/search?q=esp%C3%A9ria>. Acesso em: 28 dez. 2023. (c).

COLODEL, José Augusto. **Crônicas & fatos**: história do Oeste paranaense. Disponível em: <https://jacolodel.blogspot.com/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

COLODEL, José Augusto. **Matelândia**: história & contexto. Matelândia, Prefeitura Municipal; Cascavel/PR: Assoeste, 1992.

COLODEL, José Augusto. **Obrages & companhias colonizadoras**: Santa Helena na História do Oeste

Paranaense até 1960. Santa Helena/PR: Prefeitura Municipal, 1988.

COLODEL, José Augusto. **Obrages & companhias colonizadoras**: Santa Helena na história do Oeste paranaense até 1960. 2ª. ed. Santa Helena-PR: Datiloscrito, 2016.

COLODEL, José Augusto. **Semeadores**: história de Santa Helena – volume 2. Santa Helena-PR: Datiloscrito, 2015.

FERREIRA, Eva Maria Luiz. **A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952)**. 111 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2007.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. O cinema na história pública: balanço do cenário brasileiro (2011-2015). In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **História pública no Brasil**: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra & Voz, 2016. p. 133-147.

FROTSCHER, Méri. **Identities móveis**: Práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950). Blumenau: Edifurb, 2007.

GONZALEZ, Emilio. **Memória, identidade e fronteira**: narrativas musicais sobre a tríplice fronteira Brasil / Paraguai / Argentina (1960-2017). 2018. 388 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

LANGARO, Jiani Fernando. **Para além de pioneiros e forasteiros**: outras histórias do Oeste do Paraná. 280 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2006.

LENZ, Maria Heloisa. Auge e início do declínio da economia argentina. **Análise econômica**, UFRGS, Porto Alegre, vol. 18, n. 33, p. 121-140, 2000.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública? In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (org). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 31-52.

LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no contexto da “Marcha para Oeste”**. 2. ed. Cascavel, EDUNIOESTE, 2021.

LUCCHESI, Anita e CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. História digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **História pública**

no Brasil: sentidos e itinerários. São Paulo: Letra & Voz, 2016. p. 149-163.

MARTINEZ, Cesar. **Sertões do Iguassú**. São Paulo: Cia. Graphico-editora Monteiro Lobato, 1925.

MAUAD, Ana Maria. Como as fotografias visualizam a história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos? / What public history we want?** São Paulo: Letra e Voz, 2018, p. 121-130.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. Introdução. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **História pública no Brasil:** sentidos e itinerários. São Paulo: Letra & Voz, 2016. p. 11-20.

MILAN, Polliana. Retiro forçado: Paraná também teve campo de concentração. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 30 de abril de 2010. Vida e cidadania. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/parana-tambem-teve-campo-de-concentracao-1ts6i3g26ehitbd89a9w32ha>. Acesso em: 27 dez. 2023.

MORAIS, Fernando. **Corações sujos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OLIVEIRA, Jorge Eremites.; ESSELIN, Paulo Marcos. Uma etno-história da erva-mate e dos povos indígenas de língua guarani na região platina: da Província do Guairá ao antigo sul de Mato Grosso. In: FINOKIET, Bedati Aparecida. (Org.). **Fronteiras e Interculturalidade**. Tubarão-SC: UFFS/Copiart, 2019. p. 213-260.

PERAZZO, Priscila Ferreira. **Prisioneiros da guerra:** Os “Súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945). São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, FAPESP, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA. **Projeto:** “história de Santa Helena – 1900-1960”. Santa Helena-PR: Datiloscrito, 1988.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade. **História pública no Brasil:** sentidos e itinerários. São Paulo: Letra & Voz, 2016. p. 23-35.

VILIONE, José Libório. **A colônia japonesa em Presidente Prudente:** sua trajetória, relação com o Estado e a sociedade local (1908-1947). 2017. 346 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdades de Ciências Humanas, Universidade Federal da

Grande Dourados, Dourados, 2017.

WACHOWICZ, Ruy Christowam. **Obrageros, men-
sus e colonos**: História do oeste paranaense. Curi-
tiba: Ed. Vicentina, 1982.

WELTER, Clarice. **Santa Helena turística**: a constru-
ção de um discurso. 56 f. (Trabalho de conclusão
de curso em História) – Centro de Ciências Huma-
nas, Educação e Letras da UNIOESTE, Marechal
Cândido Rondon/PR, 2002.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no sé-
culo XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Mar-
ta Gouveia de Oliveira. (org). **Introdução à História
Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p. 53-63.

NOTAS

¹A esse respeito, ver: BARBOSA (2016), FERREIRA
(2016) e MAUAD (2018).

²Sobre divulgação científica na área de história,
ver: Carvalho (2019).

³A esse respeito, ver: Lucchesi e Carvalho (2016).

⁴As obragens eram companhias exploradoras de
madeira e erva-mate nativas, que atuavam na
fronteira na segunda metade do século XIX e na

primeira metade do século XX. Inicialmente, essas
explorações atuavam ilegalmente na região, entre-
tanto, com o advento do período republicano,
houve a legalização de suas concessões no Paraná.
Seus proprietários eram geralmente estrangeiros,
baseados na Argentina. Os trabalhadores, em sua
maioria, laboravam em condições análogas à es-
cravização. Eram geralmente indígenas, paraguaios
e argentinos da província de Corrientes. O produto
de seu trabalho era, via de regra, exportado pelo
rio Paraná para a Argentina. A esse respeito, ver:
Colodel (1988; 2012b); Ferreira (2007); González
(2018); Oliveira e Esselin (2019); Wachowicz
(1982).

⁵Populações indígenas guaranis habitavam a região
que hoje conhecemos como Oeste paranaense.
Conforme afirma Maria Lucia Brant de Carvalho
(2013), onde atualmente fica o município de Santa
Helena, existiam duas comunidades, que tiveram
suas terras alagadas no contexto de construção da
usina hidrelétrica de Itaipu. Todavia, como alerta a
autora, uma delas já havia sofrido com o esbulho
de parte de sua área, ocorrido no processo de
“colonização” da região.

⁶Apresentamos o vocábulo “paraguaios” entre as-
pas porque, embora amplamente utilizado pela
historiografia regional e pela documentação de
época, muitas vezes, por meio dele, se confunde

paraguaios com indígenas guaranis, que eram a maioria dos trabalhadores das obragens. Sobre essa questão, ver: Ferreira (2007); Oliveira e Esselin (2019).

⁷O texto em questão está, neste momento, sob avaliação do corpo editorial de periódico científico, para fins de publicação.

⁸Sobre o Estado Novo, ver: Capelato (2007).

⁹O Território Federal do Iguaçu foi criado com o desmembramento das atuais regiões do Oeste catarinense e do Sudoeste e Oeste paranaenses, na fronteira com Argentina e Paraguai. Sobre essa questão, ver: Lopes (2021).

¹⁰Assim foram chamados, nesse contexto, os imigrantes italianos, alemães e japoneses residentes no Brasil. Sobre o tema, ver: Capelato (2007), Carvalho (2017), Frotscher (2007), Perazzo, (2009) e Vilione (2017).

¹¹Tais como Perazzo (2009) e Moraes (2011).

¹²O português podia ser aprendido na escola, da qual a localidade era dotada desde, pelo menos, 1924. A esse respeito, ver: Martinez (1925).